

BOLETIM ACADÉMICO

ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO DA D.U. DE LISBOA DO MUD JUVENIL.

— PORQUE APARECEMOS —

Não vem este boletim preencher a lacuna aberta pela falta de um jornal da Academia onde os seus problemas sejam equacionados, e as suas aspirações defendidas. Somos daqueles que acreditam na comunhão de interesses dos estudantes e consequentemente na possibilidade de estabelecer uma unidade dos estudantes, solidários na defesa desses interesses. Dar consciência duma solidariedade e imprimir uma orientação aos movimentos académicos, era a função que cabia aberto e dirigido a toda a massa académica. Não é por faltas de vontade e dedicações que o jornal ainda não apareceu, e não aparecerá brevemente. A verdade é que não se pode fundá-lo senão dentro do quadro condicionado da H.P. ou outra autoridade governamental, cuja ingerência neste assunto afasta a necessária condição de liberdade e independência.

Temos sido sempre dos que mais pugnaram pelo jornal dos estudantes para os estudantes. Conscientes dos factores que imediatamente o impossibilitam, lançamos com conteúdo idêntico, este boletim que, porém, não o substitui. O boletim não pode alcançar a projecção que teria o jornal: a sua distribuição fica limitada aos aderentes do MUD Juvenil porque maior expansão não nos é permitida pela lei de imprensa.

Não obstante a limitação, pretende o boletim focar os assuntos que interessam à generalidade dos estudantes, atacar de frente os problemas académicos, não se desviar para a apologética de ideologias que conduzem à desunião. E se, em cumprimento das disposições legais, os dirigimos somente aos aderentes do MUD Juvenil, é na certeza de estes irão transmitindo todos os ensinamentos à massa académica à qual se encontram fundidos nas mesmas aspirações e da qual são os primeiros e mais abnegados defensores, consequentes com a sua educação democrática. O boletim será o porta-voz da maneira de sentir de todos os estudantes de todos os credos sobre os problemas académicos, que mais não é que a maneira de pensar e sentir

de todos os estudantes de todos os credos, democratas ou extranhos à política, que põem as suas aspirações comuns acima de interesses pessoais ou de facções.

Não há ideologias políticas e religiosas que separem os estudantes no caninho das suas aspirações comuns. Apenas há os que avançam com independência moral e os que ficam para trás subservientes a interesses não académicos.

Vamo-nos empenhar em que o boletim aponte com firmeza e desassombro esse caninho e os seus leitores o utilizar como instrumento que vem esclarecer, e bandeira que vem unir a Juventude académica, generosa e progressiva.

.....

A UNIVERSIDADE EM CRISE

A série de ataques à Universidade, que ficou a marcar tristemente o passado ano lectivo, fechou com a demissão de, aproximadamente, duas dezenas de professores, entre os quais se encontram catedráticos, como Fernando da Fonseca, Adelino Costa, Pulido Valente, Cândido de Oliveira, Celestino da Costa, Valadares, Marques da Silva, Torres da Assunção, Pinto Resende, Mário Silva, Zaluar Nunes, Ferreira de Macedo, Pêgas de Carvalho, nomes que evocam por si só a própria Universidade portuguesa e que os alunos de todas as escolas se tinham habituado a admirar e a estimar. Entre estas duas dezenas de demitidos estavam professores contratados ou assistentes, não menos queridos dos alunos que com eles tinham um contacto mais íntimo através das aulas práticas. São nomes como Dias Anado, Cascão de Azevedo, Crabbée Rocha.

Isto não era um facto inteiramente novo na história recente da nossa Universidade. Já em 1933 haviam sido demitidos professores como Rodrigues Lapa, Abel Salazar, Agostinho da Silva. E há bem pouco tempo, em nós está bem viva ainda a dor, vimos afastar das nossas escolas, porque em todas sentimos a sua falta, dois nomes como Azevedo Gones e Jesus Caraga, cujo valor docente e cuja personalidade se nos tinham a todos imposto.

O precedente estava pois aberto, e a falta de uma reacção decidida por parte da Universidade encorajou a repetição de semelhantes actos de arbitrariedade. A Universidade não soube defender as suas prerrogativas, manteve-se através da generalidade dos seus mestres indiferente e mansuetada, subserviente e isto resultava da infiltração

O NUO JUVENIL E AS ASSOCIAÇÕES ACADÉMICAS EITIM

Quem analisar o que se passou nas Associações Académicas das Faculdades de Lisboa, no ano passado, constatará que um ambiente inteiramente novo se criou, pela realização de eleições livres, em grande número dessas Associações. E, se procurar indagar a que se deve a criação deste novo ambiente, não poderá deixar de concluir, que ele se não deve à boa vontade do Governo, que manteve a legislação de 1933, mas à luta de todos os estudantes, nos quais volta a surgir um interesse pelas suas Associações é que portanto, dentro delas se querem organizar e orientar a si próprios.

E será fácil ainda notar, que entre os estudantes se mostraram particularmente interessados, dinâmico e em preendedores, os estudantes democratas. Não faltará quem se apresse a querer fazer ver neste interesse dos democratas, intenções ocultas conduzindo a não se sabe que maquinações terríveis. Mas, reparando bem em quem assim fala, não nos será difícil reconhecer (edificante e reveladora coincidência ...) a voz dos que ainda há bem pouco tempo, clamavam contra as Assembleias Gerais, contra as Associações Académicas, contra todas as iniciativas dos estudantes, em suma. São afinal ainda os mesmos, que procuraram entrar a realização de eleições livres nas Associações, a todo o custo, e que, por fim, convencidos de que estas se fariam com ou sem eles, foram obrigados a ceder, perante a pressão da massa estudantil - foi esta a primeira grande vitória do Juvenil nas escolas.

Que o estudante democrata tivesse de se encontrar entre aqueles a quem mais se deve o despertar da vida associativa nas nossas Faculdades, era inevitável. Basta, com efeito, que ele seja um democrata consequente para que queira a vida associativa livre de intervenções estranhas, basta que creia na eficácia das formas de auto-governo e íntima ligação entre os organismos directivos e a generalidade dos estudantes, para que as queira utilizar também em benefício destes últimos.

Assim, evidentemente, um estudante democrata lutará pela realização de eleições livres, não só para as Direcções Académicas, como para quaisquer outros organismos, que tenham a seu cargo quaisquer problemas específicos, como Grupos ou Secções, Desportivas, Culturais, de Folhas ou Se-

bentas, de problemas pedagógicos, cantinas, etc. E não ficará por aqui pois desejará que esses organismos deem contas do seu trabalho a todos os estudantes interessados nesses problemas e pretenderá ainda que se convoquem reuniões, para que a orientação, na solução desses mesmos problemas, resulte de um largo debate, traduza a vontade geral, e não a de um grupo fechado.

Como se vê esta atitude é clara, é coerente e resulta imediatamente de uma mentalidade democrática. No entanto, o estudante democrata, ao manter essa atitude na sua escola, não faz nela "política", ele aponta simplesmente o que lhe parece a melhor solução para a organização da vida associativa. Vendo bem as coisas, hoje, todos concordam com ele, neste ponto particular, mesmo aqueles que, ainda há bem pouco tempo, não queriam Assembleias Gerais.

Não interessará discutir nas Associações Académicas, se as formas de organização associativa, de que atrás falámos, não adaptáveis ao plano nacional, ou se essas formas já estão, ou não, hoje, efectivadas nesse plano; o que interessa é que elas sejam eficientes e urgentemente aplicadas na vida associativa, unindo todos os estudantes independentemente das respostas que derem a questões que transcendem o plano académico.

Queremos, como está expresso nalguns estatutos, Associações sem carácter político ou religioso, mas a maneira de as formar, não é a de recorrer a estudantes sem ideias políticas ou crenças religiosas, mas a estudantes honestos, merecedores da confiança dos colegas, dedicados aos problemas associativos, e de que tenhamos a garantia, de que não procurarão orientar as Associações pelo caminho do faciosismo político ou religioso.

E Associações Académicas sem carácter político não são Associações cujas Direcções aceitem toda a espécie de limitações aos direitos dos estudantes, não são Associações que nada fazem para reconquistar os direitos que os estudantes perderam (Assembleias Gerais, representação no Senado Universitário e nos Conselhos Escolares, reuniões amplas para realizações de carácter cultural, Jornal Universitário, organização independente do Desporto Universitário, etc.).

Associações Académicas sem carácter político serão daquelas que forem guiadas na sua actuação exclusivamente pelos interesses dos estudantes, sem permitirem que as suas

energias se gastem, dentro das Associações em debates políticos e conduzindo os estudantes à normalização da sua vida associativa.

Este ano lectivo, que agora se inicia vem encontrar todas as Associações Académicas sob o peso da limitação do direito de reunião, sujeito a autorização prévia; A Associação Académica do Instituto Superior Técnico, sem dúvida a maior de Lisboa, está praticamente abandonada pelos sócios por ter uma comissão administrativa. a dirgi-la, outras Faculdades estão ainda sem Associação, ou com Associação deficiente.

O caso da Associação do I.S.T. ilustra particularmente bem a atitude tomada pelo Governo em relação aos estudantes. Com efeito, a nomeação duma comissão administrativa na Escola, resultou fundamentalmente de se ter constatado que na Associação Académica se tinha realizado a harmonia entre os estudantes e que todos trabalhavam lado a lado, dum modo construtivo, comparticipando evidentemente os estudantes democratas duma maneira activa nesse trabalho.

Em casos como os da Faculdades de Ciências, Medicina, Económicas e Direito, apesar de se terem formado desde relativamente cedo as suas Associações Académicas, pouco trabalho positivo foi nelas realizado e fracas foram as suas iniciativas, o que se deve não só às limitações exteriores à sua actividade, oo, principalmente à falta de contacto com a massa associativa.

Só pela união de todos os estudantes, sem excepção organizados nas suas Associações Académicas, podemos reconquistar a normalidade na vida associativa e conduzi-la pelo caminho das realizações, que lhe permitirão ter a sua habitação e alimentação asseguradas, receberem assistência médica indispensável, cultivarem-se intelectual e fisicamente, melhorarem e facilitarem a sua vida profissional.

Para que isto suceda e para que as Associações formadas realizem este ano, efectivamente a sua missão, não como sucedeu o ano passado nos casos apontados, repetimos que é fundamental a unidade de todos os estudantes, e por essa unidade lutará o MUD Juvenil.

COMUNICADO

Os membros da Direcção Universitária signatários do documento que protestava contra a prisão de Mário Ruivo, membro também da Direcção Universitária, vão ser julgados de pois de uma detenção de mais de três meses acusados pela PIDE de terem incitado à insubordinação. A atitude de protesto tomada pela Direcção Universitária não era de modo algum incitamento a ilegalidades, e a razão moral que lhes assistia nesse protesto conferiu-lhes a própria PIDE acobardando por libertar Mário Ruivo, após cerca de dois meses de retenção sem, contra ele, instaurar processo no Tribunal. Aliás sucedeu a quasi todos os dirigentes do MUD Juvenil presos no período de Março a Agosto, mais de 100, não lhes ter sido levantada qualquer acusação oficial. Apenas contra os membros da Comissão Central e Direcção Universitária foram instaurados processos, não contra a existência legal do MUD Juvenil mas contra documentos que a PIDE considera ilegais. Não foi dada até hoje qualquer explicação oficial da prisão dos restantes membros do MUD Juvenil, o que só dá fundamento a todos os protestos que ao tempo das prisões se levantaram. Toda aquela campanha caluniosa sobre a acção do MUD Juvenil que, em obediência a ordens do estrangeiro, atentava contra a soberania nacional, está finalmente desmascarada e é tempo dos estudantes de boa-fé iludidos então por essa campanha, virem agora solidarizar-se conosco contra as prisões e na exigência dum desagravo público.

.....

O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL AINDA NÃO RESPONDEU

O ano passado as Associações Académicas de Lisboa apresentaram junto do Senhor Ministro de Educação Nacional três representações, que traduziam algumas das mais vivas aspirações dos estudantes.

Na primeira pedia-se o reconhecimento do direito de reunião de assembleia geral para a eleição das direcções das Associações Académicas e para a análise do relatório e contas anuais em todas as Escolas Superiores revogando a legislação de 1936, e ainda: representação dos estudantes nos conselhos Escolares e o aumento de verba concedido anualmente às Associações. Uma segunda representação solicitava ainda autorização para a fundação do Jornal

Universitário. A terceira representação solicitava que os campeonatos Universitários fossem organizados pelas Associações Académicas, federadas na Comissão desportiva Universitária, mais representativas dos estudantes do que a M.P., até agora exclusivamente a organizadora.

Estas representações foram assinadas por todas as Associações Académicas de Lisboa, então em funcionamento. E não há estudantes, conscientes da sua dignidade e dos seus interesses, que as não apoiem.

Até hoje o Ministério da Educação Nacional não respondeu!

Insistamos todavia cada vez mais unidos e com mais força, e o Ministério terá de dar razão às nossas reivindicações.

.....
(continuação da 2ª página)

lenta mas persistente do egoísmo, do medo, da subserviência, do favoritismo, ditados e fomentados pelos responsáveis. As acusações feitas cruamente no comunicado oficial do conselho de Ministros não davam qualquer explicação convincente do caso, como seria lógico esperar dada a sua enorme gravidade. Por isso o país, em geral, não aceitou essas acusações e arbitrariedade e injustiça foram de tal ordem que alguns dos responsáveis se devem ter arrependido.

Fôram naturalmente os estudantes que mais sentiram a falta desses professores. Conheciam o seu valor, o seu amor ao ensino, a sua probidade intelectual, a compreensão profunda da sua missão, em suma o seu carácter insubstituível. Tirá-los da Universidade era fazer esta correr o risco de se despenhar no abismo da falsificação do ensino, do seu afastamento das realidades, do domínio do favoritismo em favor do prejuízo dos interesses dos estudantes. E os factos aí estão a mostrar quanto eram fundamentados os nossos receios. Em Portugal não abundam, infelizmente, homens com o valor de muitos dos que fôram afastados. Os seus nomes eram conhecidos no país e no estrangeiro. O baixo nível de preparação profissional ressentir-se-á inevitavelmente do afastamento dos nossos melhores mestres. A nossa Universidade estava gravemente doente mas havia esperanças de salvá-la, hoje querem-nos retirar essas esperanças.

afastando aqueles em que mais confiávamos para o seu resurgimento. A Universidade está em crise e não tem ninguém que lhe valha. Este estado de coisas reflecte-se necessariamente na vida nacional. Esta crise, coloca o estudante numa situação embaraçada perante a vida moderna. Es exige dele uma mentalidade e uma solidez de conhecimentos que a Universidade, no seu estado actual, lhe não pode dar. Por isso pensamos que esta demissão massiva, foi mais uma daquelas medidas integradas numa "contra-reforma", persistentemente levada a cabo pelos responsáveis, de que falava um dos atingidos por ela numa reunião pública efectuada o ano passado.

Mas foram também estas demissões um atentado contra os alicerces da Universidade: liberdade de pensamento e discussão; investigação livre; respeito e tolerância pelas ideias de cada um; independência crítica. E o que mais indigna neste acto de arbitrariedade é a absoluta falta de respeito que ele traduz, para com os directamente interessados nos problemas, para com os estudantes, para com os mestres e também para com o público em geral; indigna a brutalidade da suposição sobre que assenta, de que tendo que acietar todas as arbitrariedades, sob a sua mais crua forma, pois atrás da arbitrariedade está a força. Assim como se demitiram professores se reintegram novamente, sem dar qualquer satisfação ao país do motivo porque os restantes não são reintegrados.

Os estudantes democratas, que foram os únicos a fazer ouvir a sua voz de protesto contra as injustas demissões desses mestres, devem ser hoje, como sempre, os porta-vozes dos interesses da Universidade e do país. Devem fazer ressaltar do descalabro da situação pedagógica nas Universidades, a urgência da reintegração imediata de todos os professores demitidos. É este o único processo de restituir à Universidade a função que lhe compete no plano da vida nacional.

A REDACÇÃO RECOMENDA

que o Boletim seja analisado e criticado entre todos os aderentes do MUDJ, de modo a fazer dele um instrumento de esclarecimento e formação. Que em todas as escolas se preparem relatórios sobre as aspirações concretas dos estudantes dessas escolas, como matéria para o Boletim. Que o Registo dos acontecimentos locais signifique